

O BOLETIM CGU INTERNACIONAL CHEGA À SUA DÉCIMA EDIÇÃO

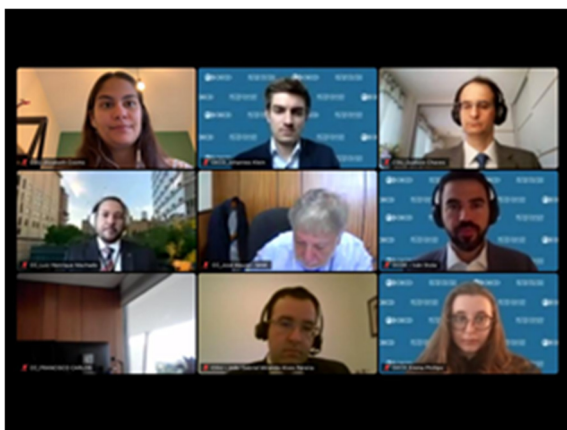
Chegamos à 10ª edição do boletim **CGU Internacional**. Esse é o momento oportuno para reconhecer e parabenizar todas as atividades realizadas pelos servidores da Controladoria-Geral da União (CGU) no âmbito internacional, sejam elas nos foros das principais convenções internacionais de prevenção e combate à corrupção, nas negociações internacionais, no envolvimento em projetos de cooperação técnica, na organização de reuniões, na recepção de delegações estrangeiras, na análise e elaboração de respostas a questionários, na participação em renomados cursos e conferências, dentre tantas outras.

É também momento de agradecer o engajamento de todas as secretarias formadas por servidoras e servidores comprometidos com o trabalho realizado. Agradecemos o tempo dispensado na elaboração das contribuições ao boletim. Sem o trabalho e o interesse coletivo, seria impossível conceber uma coletânea bimestral tão rica em explicações, relatos e detalhes do multifacetado trabalho internacional da CGU.

A Assessoria Especial para Assuntos Internacionais permanece à disposição para receber sugestões, críticas e textos para o boletim por meio do e-mail assessoria.internacional@cgu.gov.br.

NOTÍCIAS

CGU RESPONDE A EVENTO DE MONITORAMENTO DA OCDE



Registro da reunião de peer review do Centro de Governo brasileiro

O Secretário Federal de Controle Interno Adjunto, Gustavo de Queiroz Chaves, participou, em 26 de outubro e 4 de novembro de 2020, de reuniões virtuais com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), uma vez que a Controladoria-Geral da União (CGU) respondeu a questionário da OCDE que compõe o processo de peer review (revisão por pares) relacionado ao funcionamento do Centro de Governo brasileiro, fornecendo respostas ao capítulo sobre “Monitoramento e avaliação do governo como um todo”.

Os estudos de *peer review* (revisão por pares) são realizados por uma equipe designada pela OCDE e buscam avaliar o desempenho de um país em determinada área a partir do compartilhamento de experiências com as nações que integram a Organização. Esses estudos são compostos por etapas de avaliação, capacitação e desenvolvimento de plano de ação. Durante a etapa de avaliação, após resposta ao questionário, são realizadas missões aos órgãos afetos para que subsidiem o relatório final, com diagnóstico e recomendações. Essa é a atual etapa do processo no Brasil, na qual a missão de apuração de informações ocorreu em formato virtual.

Nesse contexto, houve uma série de reuniões bilaterais virtuais com a Casa Civil, a Secretaria de Governo, a Secretaria-Geral, o Ministério da Economia, o Ministério das Relações Exteriores, a Secretaria de Assuntos Estratégicos, o Gabinete de Segurança Institucional e a CGU. Além da equipe da OCDE, os trabalhos tiveram a colaboração de especialistas dos Estados Unidos, França, México, Suécia e Reino Unido.

CGU TROCA EXPERIÊNCIAS COM MÉXICO SOBRE MENSURAÇÃO DA CORRUPÇÃO

Em 3 de novembro de 2020, servidores da Controladoria-Geral da União participaram de teleconferência com representantes do Instituto Nacional de Estatística e Geografia (INEGI) do México para conhecer os detalhes de indagações feitas a cidadãos e empresas sobre experiência de corrupção. O Instituto mexicano realiza regularmente duas pesquisas bastante relevantes à temática: a [Pesquisa Nacional de Qualidade e Impacto Governamental](#) e a Pesquisa de Qualidade Regulatória e Impacto Governamental em Empresas.

A reunião contou com as presenças de Mario Alberto Santillana Zapata, diretor-geral adjunto de Pesquisas Governamentais, Segurança Pública e Justiça do INEGI, e Marcio Denys Peçanha Gonçalves, diretor de Prevenção da Corrupção da CGU.

O encontro contribuirá para a realização de benchmarking sobre experiências, estudos e abordagens que possam auxiliar na operacionalização da Pesquisa de Exposição à Corrupção, a ser conduzida mediante parceria entre a CGU e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

MINISTRO PARTICIPA DE SEMINÁRIO DO GOVERNO DE BUENOS AIRES SOBRE INTEGRIDADE



O ministro Wagner Rosário e demais participantes que contribuíram para as discussões do evento

O ministro Wagner Rosário participou do Seminário “Integridad en América Latina: una conversación sobre relaciones público-privadas en la región”, que ocorreu em formato virtual no dia 11 de novembro de 2020.

O evento foi organizado pelo projeto “Dialogando BA”, do Ministério de Governo de Buenos Aires, que realiza mesas temáticas de diálogo com representantes de setores sociais e políticos com diferentes pontos de vista para a construção de instituições democráticas e políticas sustentáveis.

O ministro discorreu sobre as principais iniciativas que a Controladoria-Geral da União está conduzindo em matéria de integridade junto aos setores público e privado, destacando a implementação dos programas de integridade nos órgãos do Governo Federal e o Programa Pró-Ética.

Também participaram do encontro René Fernández Bobadilla, ministro Secretário Executivo da Secretaria Nacional Anticorrupção do Paraguai; Nicolás Dassen, Especialista do Banco Interamericano de Desenvolvimento; Dalma Parisi, Oficial de Compliance da Siemens; Florencia Romano, Subsecretária de Governo Aberto da Cidade de Buenos Aires; e David Álamos Martínez, Chefe da Área de Prevenção do Crime do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime. O evento foi gravado e pode ser acessado [aqui](#).

FOROS E REUNIÕES INTERNACIONAIS

OCDE – REUNIÕES DO GRUPO DE TRABALHO SOBRE SUBORNO TRANSNACIONAL (outubro/novembro 2020)

A Controladoria-Geral da União (CGU) participou virtualmente, entre os dias 12 e 16 de outubro, da terceira reunião ordinária do Grupo de Trabalho sobre Suborno Transnacional da OCDE (WGB). A delegação brasileira, chefiada pela Assessora Especial para Assuntos Internacionais da CGU, Elizabeth Cosmo, foi composta por representantes das Diretorias de Responsabilização de Entres Privados, de Acordos de Leniência e ainda da Advocacia-Geral da União e do Ministério Público Federal.

A reunião continuou com os trabalhos regulares de monitoramento e avaliação dos países membros do WGB. Na ocasião, o Brasil apresentou seu segundo relatório de acompanhamento das questões identificadas pela Missão de Alto Nível da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) ao país, ocorrida em novembro de 2019. A delegação brasileira atualizou os membros do grupo sobre os desenvolvimentos recentes em relação aos pontos sob monitoramento e apresentou os avanços alcançados pelo país. O grupo de trabalho decidiu por manter o monitoramento e instou o Brasil a apresentar novo relatório de acompanhamento durante a reunião plenária do WGB em dezembro.

Os membros do WGB discutiram ainda diversos outros temas, como a corrupção no esporte; o papel da proteção de dados nos trabalhos do grupo; o estudo sobre as falhas na implementação da Convenção da OCDE sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais pelos membros do WGB; e as interseções entre as iniciativas da OCDE e a *Riyadh Initiative* na formação de uma rede global de cooperação entre agentes aplicadores da lei.

No período de 17 a 20 de novembro, o WGB voltou a se reunir virtualmente para retomar as discussões sobre a revisão da Recomendação de 2009, instrumento legal que serve como principal referência para a avaliação da implementação da Convenção da OCDE sobre Suborno Transnacional pelos países signatários. Durante a reunião, foram debatidos os tópicos sobre tipificação do crime de suborno de agente público estrangeiro, responsabilização de pessoa jurídica, efetividade das ações de *enforcement* e meios de investigação, incluindo o uso de técnicas especiais.

G20 – 3ª REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO ANTICORRUPÇÃO (ACWG) E 1ª REUNIÃO MINISTERIAL ANTICORRUPÇÃO DO G20 (19 a 22 de outubro de 2020)

Entre os dias 19 e 21 de outubro, o Grupo de Trabalho Anticorrupção do G20 (ACWG) realizou, em formato virtual, a sua terceira e última reunião de 2020. O grupo finalizou a entrega dos produtos previstos, como o compêndio de boas práticas no combate à corrupção no contexto da Covid-19, o relatório de *accountability* dos países, a iniciativa de cooperação informal entre agentes aplicadores da lei (*Riyadh Initiative*) e a aprovação do texto final da Declaração Ministerial.

O encerramento dos trabalhos do Grupo culminou na realização da primeira Reunião Ministerial Anticorrupção do G20, no dia 22 de outubro. O ministro da Controladoria-Geral da União, Wagner Rosário, representou o Brasil e proferiu discurso oficial, com foco nas principais iniciativas brasileiras de combate à corrupção durante a pandemia do coronavírus e com destaque para a importância da cooperação entre os países para o enfrentamento da corrupção.

O encontro celebrou o 10º aniversário dos primeiros compromissos anticorrupção assumidos pelo G20 e da criação do ACWG. A reunião contou com a participação de representantes em nível ministerial dos países membros do G20, além de chefes de organizações internacionais, como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), a

Organização Internacional de Polícia Criminal (Interpol) e o Grupo de Ação Financeira Internacional (FAFT). Na ocasião, as autoridades participantes adotaram declaração ministerial conjunta, em que se comprometem a “liderar pelo exemplo na luta contra a corrupção e fortalecer a cooperação internacional”.



Registro da Reunião Ministerial Anticorrupção do G20

A reunião de alto nível marcou o fim da presidência da Arábia Saudita e o início do mandato da Itália à frente do G20, até o fim de 2021. A nova presidência definiu como prioridades do ACWG para o próximo ano os seguintes temas: mensuração da corrupção; combate à corrupção como facilitadora para outros crimes; corrupção e esporte; e medidas anticorrupção em tempos de crise.

OCDE – 35ª REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO SOBRE PROPRIEDADE ESTATAL E PRÁTICAS DE PRIVATIZAÇÃO (26 e 27 de outubro de 2020)

Nos dias 26 e 27 de outubro, a Controladoria-Geral da União (CGU), por meio da Diretoria de Auditoria de Estatais da Secretaria Federal de Controle Interno, participou virtualmente da 35ª Reunião do Grupo de Trabalho sobre Propriedade Estatal de Práticas de Privatização da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Um dos temas tratados na reunião foi a apresentação do [relatório final do peer review de governança corporativa das empresas estatais](#), com as seguintes recomendações ao Brasil:

Médio Prazo	Longo prazo
1. Desenvolvimento Política de Propriedade	1. Fortalecer a Função de Propriedade
2. Divulgação Anual de Dados Agregados	2. Profissionalização e independência dos diretores
3. Fortalecimento dos Conselhos e Diretoria	3. Simplificar a legislação corporativa aplicável

Além dessas recomendações, os membros do grupo de trabalho enfatizaram a importância de se definir metas não financeiras para as estatais, de aumentar a quantidade de dirigentes com experiência internacional, de

promover melhor equilíbrio de gênero em posições dos conselhos de administração e de adequar as remunerações dos dirigentes ao mercado.

O relatório será aprovado pelo Comitê de Governança da OCDE e, na ocasião, será decidida a adesão do Brasil às [Diretrizes da OCDE sobre Governança Corporativa de Empresas Estatais](#).

A peer review (revisão por pares) foi elaborada a pedido do Brasil para apoiar seu objetivo de fortalecer a estrutura de política de propriedade e governança para as estatais brasileiras. O projeto se beneficia do apoio financeiro do UK Prosperity Fund.

O projeto teve início em dezembro de 2019 quando, após uma apresentação inicial de dados e outras informações pelas autoridades brasileiras, a Secretaria da OCDE empreendeu uma missão de apuração de informações (fact-finding mission) ao Brasil. Após a missão, mais informações foram fornecidas pelas autoridades brasileiras. Posteriormente, uma versão provisória do relatório foi apresentada para consideração na reunião do Grupo de Trabalho em março de 2020. Na ocasião, o Grupo de Trabalho identificou e comunicou informações adicionais de que pode precisar para chegar a uma opinião sobre a implementação pelo Brasil das Diretrizes.

Em setembro de 2020, após a apresentação de mais dados e outras informações pelas autoridades brasileiras, a Secretaria da OCDE empreendeu uma segunda missão de apuração de informações ao Brasil. O documento elaborado está repleto de referências a informações coletadas durante as duas missões, pesquisas a partir de fontes públicas de informação e posterior interação com a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, CGU, Comissão de Valores Mobiliários, representantes da sociedade civil e do meio empresarial.

A pedido do Brasil, o relatório também aborda a privatização atual e futura das estatais e a alienação de participações minoritárias. Esta parte da análise se baseará, quando relevante, na publicação da OCDE “A Policy Maker’s Guide to Privatization”. É importante ressaltar que o relatório enfoca as estatais federais. As estatais pertencentes a estados e municípios não são cobertas por esta revisão.

***ONU - 11ª Sessão do Grupo de Revisão da Implementação da UNCAC, 14ª Sessão do Grupo de Trabalho sobre Recuperação de Ativos e 9ª Sessão do Grupo de Peritos sobre Cooperação Internacional
(16 a 18 de novembro de 2020)***



No período de 16 a 18 de novembro, ocorreram, em formato virtual, as sessões do Grupo de Revisão da Implementação da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, juntamente com o Grupo de Trabalho sobre Recuperação de Ativos e o Grupo de Peritos sobre Cooperação Internacional.

A Controladoria-Geral da União (CGU) participou dos eventos juntamente com representantes do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Justiça e Segurança Pública e do Ministério Público Federal.

O presidente das Sessões assistindo à apresentação do diretor Marcelo Vianna (Foto: Shervin Majlessi)

Dentre os tópicos da agenda, foi organizado painel sobre “*Ação Efetiva contra o Suborno – criminalização e sanção aos delitos de suborno de acordo com os artigos 15 e 16 da UNCAC, incluindo medidas de fortalecimento da cooperação com autoridades nacionais*”. Juntamente com painelistas dos Estados Unidos, da Coreia e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, o servidor **Marcelo Pontes Vianna**, diretor de Responsabilização de Entes Privados da CGU, apresentou o tema da experiência brasileira na responsabilização de pessoas jurídicas.

O assunto chamou a atenção dos presentes, uma vez que foram explicadas as sanções administrativas existentes no Brasil, incluídas as multas pecuniárias, os cadastros de empresas impedidas de contratar com o poder público, os acordos de leniência e as publicações extraordinárias.

ONU – 2ª REUNIÃO INTERSESSIONAL DA CONFERÊNCIA DOS ESTADOS PARTES DA UNCAC (19 e 20 de novembro de 2020)



O Advogado da União Fernando Filgueiras de Araújo em sua apresentação sobre cooperação internacional

A 2ª Reunião Intersessional da Conferência dos Estados Partes da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (COSP-UNCAC) ocorreu, em formato virtual, entre os dias 19 e 20 de novembro. O evento retomou os trabalhos preparatórios para a realização da Sessão Especial da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (UNGASS) em junho de 2021.

Na ocasião, os co-facilitadores da negociação do projeto de Declaração Política, a ser adotada pela Assembleia-Geral da ONU em sua sessão especial contra a corrupção, atualizaram as delegações sobre os progressos alcançados durante as consultas informais realizadas em setembro e outubro passados. O texto da referida declaração continuará a ser negociado pelas delegações ao longo dos meses que antecedem a UNGASS 2021, com previsão para a aprovação do texto final em maio de 2021, durante sessão especial da Conferência dos Estados Partes da UNCAC, em Viena.

Os focos temáticos dessa segunda reunião intersessional foram cooperação internacional e recuperação de ativos. Foram realizados três painéis sobre adoção de medidas para negar refúgio (*safe haven*) a indivíduos envolvidos em casos de corrupção e aos produtos de seus crimes; identificação, rastreamento e congelamento de ativos; e otimização dos mecanismos de cooperação e assistência, especialmente envolvendo vastas quantidades de ativos. Informações sobre as apresentações estão disponíveis [aqui](#).

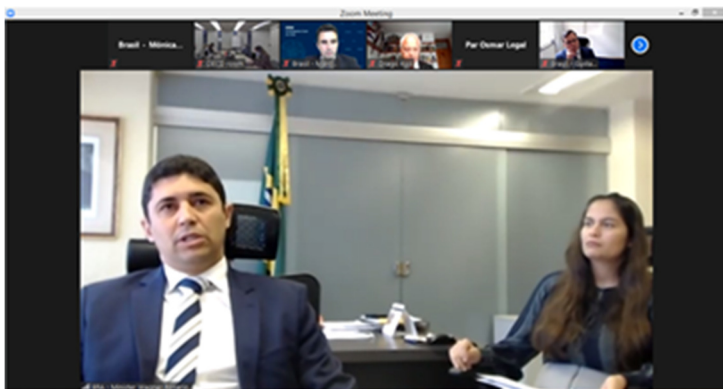
A Advocacia-Geral da União (AGU) participou do painel sobre a otimização dos mecanismos de cooperação e assistência internacional. O Advogado da União Fernando Filgueiras de Araújo destacou a importância da cooperação internacional em processos civis e administrativos contra a corrupção. Filgueiras defendeu a necessidade de se adotar uma abordagem multi-instrumental (*toolbox approach*), em que diferentes ferramentas igualmente importantes, tais como procedimentos penais, civis e administrativos, devem estar à disposição dos países para combater a corrupção e recuperar ativos.

Além da AGU, a delegação brasileira contou com a participação da Controladoria-Geral da União, representada pela Assessoria Especial para Assuntos Internacionais; do Ministério das Relações Exteriores; do Ministério da Justiça e Segurança Pública e do Ministério Público Federal.

A terceira, e última, reunião intersessional preparatória para a UNGASS 2021 está prevista para ocorrer nos dias 22 e 23 de fevereiro de 2021.

OCDE - REDE DE AGENTES DE COMBATE AO SUBORNO TRANSNACIONAL DA AMÉRICA LATINA E CARIBE - "LAC LEN"

(18 e 19 de novembro de 2020)



O ministro Wagner Rosário em sua participação na Lac Len

Nos dias 18 e 19 de novembro de 2020, foi realizada a terceira reunião da Rede de Agentes de Combate ao Suborno Transnacional da América Latina e Caribe ("LAC LEN"). A reunião contou com a participação de mais de 90 agentes públicos responsáveis pela aplicação da lei de 16 países diferentes, incluindo representantes do Canadá, Itália, Reino Unido e Estados Unidos.

A LAC LEN, que foi criada em 2018 em Buenos Aires, tem por objetivo assegurar que as autoridades competentes da América Latina e

do Caribe tenham os necessários instrumentos, capacidade técnica e expertise para investigar e processar de forma efetiva complexos casos de suborno transnacional e corrupção. A rede constitui uma plataforma vital para a troca direta de informações de modo a facilitar a disponibilização de assistência legal entre seus membros. As atividades da rede objetivam dar suporte aos esforços regionais de reforçar a democracia, o estado de direito e o desenvolvimento sustentável, em conformidade com o Compromisso de Lima sobre Governança Democrática contra a Corrupção e o Plano de Ação para a Integridade e Boa Governança, aprovado pela Reunião de Alto Nível do Programa Regional da OCDE LAC em 2018, no Peru.

Reconhecendo que a crise da Covid-19 aumentou substancialmente os riscos de corrupção na América Latina e no Caribe, assim como no resto mundo, e afetou negativamente várias formas de investigação e processamento de ilícitos na região, a reunião deste ano da LAC LEN focou na discussão dos desafios, troca de boas práticas e na apresentação de casos concretos em tópicos relacionados:

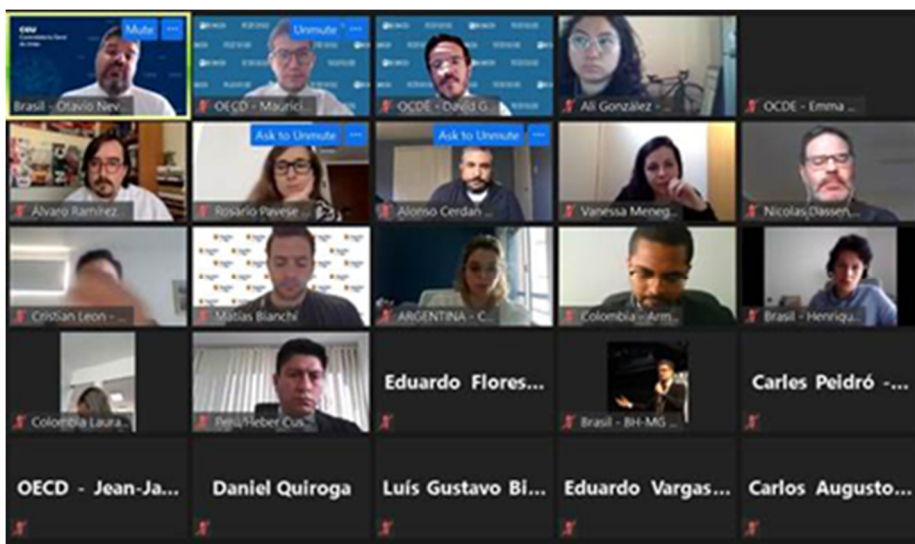
- Ao impacto e à reação aos casos de corrupção relacionados à crise da Covid-19 em licitações públicas e pacotes econômicos de suporte à população;
- À responsabilização de pessoas jurídicas e programas de conformidade anticorrupção;
- Às investigações envolvendo testemunhas, informantes e denunciante de boa-fé.

A reunião deste ano incluiu uma sessão específica para altas autoridades, com a participação de Procuradores-Gerais de países da região, além do ministro da Controladoria-Geral da União.

OCDE – III ENCONTRO REGIONAL DA REDE DA OCDE SOBRE GOVERNO ABERTO E INOVADOR NA AMÉRICA LATINA E CARIBE

(17, 23 e 24 de novembro de 2020)

A Controladoria-Geral da União, por meio da Secretaria de Transparência e Prevenção à Corrupção, promoveu, juntamente com Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o III Encontro Regional da [Rede da OCDE sobre Governo Aberto e Inovador na América Latina e Caribe](#). O encontro, realizado virtualmente nos dias 17, 23 e 24 de novembro, contou com a participação de representantes de governos de diversos países da região, de organizações não-governamentais, de organismos internacionais, além de representantes de órgãos e entidades brasileiras. Estavam reunidas mais de 70 pessoas para compartilhar informações, boas práticas, ações e projetos relacionados a governo aberto e inovação. Na ocasião, também foram discutidas possibilidades para se trilhar os melhores caminhos e aproveitar a agenda governamental aberta e inovadora na América Latina e no Caribe para apoiar os governos na recuperação da Covid-19.



O evento foi realizado em momento importante para a agenda de governo aberto do país, já que recentemente o governo brasileiro firmou acordo com a OCDE que prevê a elaboração de uma avaliação da Política de Governo Aberto Brasileira e de estudos sobre a Política de Integridade do Governo Federal. O resultado desse trabalho será fundamental para o governo brasileiro, uma vez que o ajudará a trilhar os caminhos necessários para o ingresso do país na OCDE como

O evento contou com a participação do diretor de Transparência e Controle Social, Otávio Neves

membro pleno. O evento foi uma oportunidade para dar visibilidade a esse trabalho.

A Rede foi lançada em 2015, no México, no âmbito da Cúpula Global da Parceria Para Governo Aberto (OGP). A iniciativa visa promover o diálogo na região, com transferência e troca de conhecimento no que se refere a governo aberto, inovação no setor público e governo digital. A Rede busca, ainda, construir recomendações aos seus membros sobre como avançar reformas e iniciativas de inovação e governo aberto, considerando o contexto regional e específico dos países, e apoiar sua implementação, para promover o desenvolvimento socioeconômico e a integração regional.

Atualmente, o Brasil e a Colômbia são co-presidentes da Rede e trabalham para promover o diálogo e o compartilhamento de melhores práticas entre os países participantes. Em 2018, o Brasil promoveu o I Encontro, em Brasília. Em 2019, o II Encontro da Rede foi promovido pela Colômbia, em Cali.

OCDE - 39ª Reunião do Comitê de Governança Corporativa (24 a 25 de novembro de 2020)

Nos dias 24 e 25 de novembro de 2020, representantes da Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção (STPC) da Controladoria Geral da União participaram da 39ª Reunião do Comitê de Governança Corporativa da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). No evento, ocorrido em formato virtual, foram discutidos temas relacionados à governança corporativa, com enfoque especial na crise da Covid-19 e suas repercussões para os mercados e as medidas de implementação da governança corporativa nos países.

Foi apresentado o relatório “*Corporate Governance, Corporate Finance and the COVID-19 Crisis*”, com dados sobre a crise nos mercados de capitais ao redor do mundo, ressaltada a necessidade de mudanças estruturais na governança corporativa, a fim de adaptar as políticas e garantir a resiliência de longo prazo para manutenção de investimentos, levando em consideração a experiência prévia na crise dos mercados de capitais em 2008.

Outros temas envolvidos na discussão foram: (a) Governança Social e Ambiental, ressaltando que risco reputacional e riscos não financeiros estão emergindo como mais importantes nesse momento de crise; (b) Governança Corporativa Sustentável, a partir de iniciativa da Comissão Europeia, destacando a necessidade de uma conduta responsável nos negócios alinhada à governança; e (c) OECD Going Digital II, com a contribuição do Comitê de Governança Corporativa para tratar dos desafios, oportunidades e implicações da digitalização dos Princípios de Governança Corporativa da OCDE/G20.

Por fim foram pontuados alguns relatórios e publicações dos trabalhos do Comitê, destacando-se o “*2021 Corporate Governance Factbook*” e o Relatório sobre o processo de reforma dos direitos dos acionistas do Brasil, que foi avaliado como um avanço na governança corporativa brasileira, e teve um impacto positivo ao tornar o mercado brasileiro mais crível e previsível.

Durante a discussão sobre o orçamento para o biênio 2021/2022, foi destacada a elaboração de um Guia de Integridade Anticorrupção e Antissuborno, a ser publicado nos próximos anos, tema sobre o qual a STPC pode contribuir de forma ativa.

CONFERÊNCIAS, OFICINAS E WEBINÁRIOS INTERNACIONAIS

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL 2020 DO IIA (2 a 4 de novembro de 2020)

Com o objetivo de manter os servidores atualizados com técnicas e experiências internacionais e contribuir de forma eficiente com a execução da atividade de auditoria interna governamental, servidores da Secretaria Federal de Controle Interno participaram da Conferência Internacional 2020 do IIA - *The IIA's 2020 International Conference* - realizada no período de 2 a 4 de novembro de 2020, em formato online, promovido pelo *The Institute of Internal Auditors (IIA)*, associação profissional internacional sediada nos Estados Unidos, cuja missão é assegurar a liderança dinâmica para a profissão de auditoria interna.

A Conferência ofertou 6 palestras gerais, abordando temas como liderança, segurança da informação, inovação, resolução de problemas e organizações sustentáveis; 7 sessões de inovações, em que houve apresentações sobre recursos para análise de dados, detecção de fraudes, automatização de tarefas; e 28 palestras simultâneas, divididas em 4 temas: i) *In Conversation With...*, ii) *Soundbite Session*; iii) *Global Insights in Cybersecurity, Privacy, and Technology*; iv) *L.E.A.D. (Lead, Explore, and Disrupt)*.

Durante o evento, os participantes puderam interagir com profissionais de diferentes setores e países, obter novos conhecimentos e insights, enquanto desafios atuais e questões emergentes eram apresentados por especialistas da área.

OFICINA REGIONAL SOBRE A RESPONSABILIDADE DAS PESSOAS JURÍDICAS E A ADEQUAÇÃO DE SISTEMAS DE CUMPRIMENTO CORPORATIVO (25 e 26 de novembro de 2020)

Nos dias 25 e 26 de novembro de 2020, a Controladoria Geral da União (CGU) foi representada por membros da Coordenação-Geral de Integridade Privada da Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção no “*Taller Regional sobre la Responsabilidad de las Personas Jurídicas y la Adecuación de Sistemas de Cumplimiento Corporativo*”, do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (UNODC). O evento ocorreu via videoconferência.

Cumprido destacar que o UNODC possui quatro plataformas regionais que visam à aceleração da implementação da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, com o objetivo de identificar prioridades anticorrupção que possam ser abordadas de forma factível e prática, aproveitando as capacidades e os conhecimentos regionais. O Brasil compõe a plataforma da América do Sul e México, sendo essa a única plataforma que já está abordando o tema de responsabilidade das pessoas jurídicas com ênfase na adequação de programas de integridade.

Nesse sentido, no dia 25, foram apresentadas as legislações de diversos países da América do Sul, incluindo a brasileira, por servidor da Advocacia-Geral da União. Ressaltou-se que os países da região estão em diferentes níveis, sendo que alguns já possuem uma legislação específica robusta, alguns adotaram apenas dispositivos em seus códigos penais, enquanto outros estão em fase de elaboração ou de revisão de legislações anticorrupção. As legislações da região são diversas e podem ter caráter administrativo ou penal ou um misto de ambos.

No âmbito da integridade, foram abordados os elementos-chave para um programa de integridade e algumas experiências regionais. Dentre elas, houve uma breve explanação sobre o Pró-Ética, para fins de conhecimento dos participantes.

O tema da integridade continuou no dia 26. Tratou-se exclusivamente da avaliação de programas de integridade para a aplicação de medidas de mitigação das sanções em investigações de corrupção. O Coordenador-Geral de Integridade Privada, Thiago Smarzarzo, apresentou a metodologia utilizada pela CGU na avaliação de programas de integridade no âmbito de acordos de leniência e de processos de responsabilização de pessoas jurídicas. Foram apresentadas ainda as metodologias de avaliação de programas do Chile, por meio de certificadoras, e de iniciativas da Colômbia na capacitação das empresas locais sobre a implementação de programas de integridade.

Os encontros regionais aproximam os países da América do Sul e possibilitam a troca de experiências e visualização dos avanços realizados, além das melhorias necessárias para a responsabilização de pessoas jurídicas e a ênfase em programas de integridade na região.

AS EDIÇÕES DO BOLETIM CGU INTERNACIONAL ESTÃO DISPONÍVEIS NA **BASE DE CONHECIMENTO DA CGU**.

Clique [aqui](#) para acessá-las.

